

## Perspectivas e desafios para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa no contexto de multilinguismo

Elisandro Luís Fernando\*

**ORCID iD** <https://orcid.org/0009-0004-9610-5727>

### RESUMO

Quando se deu a introdução dos europeus na foz do rio Zaire, implementou-se uma política que visava unificar as regiões onde os Portugueses estavam mais concentrados, começando pela implementação de uma política linguística consubstanciada na unificação e socialização dos indígenas, no que dizia respeito à língua (aos hábitos e costumes). Com o advento das escolas, o Estado emana a Lei Norton de Matos <sup>1</sup> (lei nº 13, 2001), que negava o ensino e utilização das línguas africanas (angolanas), porquanto, segundo os colonos, na altura, a única forma de os africanos serem civilizados era por meio da instrução desembocada em Língua Portuguesa. O presente artigo é constituído em seis partes principais: (i) o quadro linguístico em Angola: perspectiva histórico-evolutiva do português; (ii) as línguas bantu no panorama linguístico angolano; (iii) contexto sociocultural; (iv) políticas linguísticas e as suas influências no avanço de uma língua; (v) as influências das línguas bantu no contexto de ensino da língua portuguesa e (vi) os novos desafios para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa em Angola em contexto de multilinguismo. Todos esses tópicos apresentam uma metodologia qualitativa tendo em vista o objetivo desde trabalho que foi de descrever os desafios que se devem observar no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem da mesma em contexto de várias línguas.

### PALAVRAS-CHAVE

Multilinguismo em Angola; Ensino-aprendizagem; Língua Portuguesa; perspectivas e desafios.

### Perspectives and challenges for teaching and learning the Portuguese language in the context of multilingualism

### ABSTRACT

When the Europeans were introduced at the mouth of the Zaire River, a policy was implemented that aimed to unify the regions where the Portuguese were more concentrated, starting with the implementation of a language policy embodied in the unification and socialization of the indigenous people, in terms of respect for language (habits and customs). With the advent of schools, the State enacted the Norton de Matos Law (law nº 13, 2001), which denied the teaching and use of African (Angolan) languages, since, according to the settlers, at the time, the only way Africans to be civilized was through instruction in the Portuguese language. This article consists of six main parts: (i) the linguistic framework in Angola: historical-evolutionary perspective of Portuguese; (ii) the Bantu languages in the Angolan linguistic panorama; (iii) sociocultural context; (iv) language policies and their influence on the advancement of a language; (v) the influences of the Bantu languages in the context of teaching the Portuguese language and (vi) the new challenges for teaching and learning the Portuguese language in Angola in a context of multilingualism. All these topics present a qualitative methodology in view of the objective of this work, which was to describe the challenges that must be observed with regard to the teaching-learning process of the same in the context of several languages.

### KEYWORDS

\* Licenciado pela Escola Pedagógica da Lunda-Norte da Universidade LUEJI A'Nkondi, na Especialidade de Ensino de Língua-Portuguesa; Revisor linguístico e autor de alguns ensaios sobre o domínio da leitura publicados no jornal folha 8. E-mail: elisandrofernando78@gmail.com

<sup>1</sup>Artigo 1º: ponto 3; “É obrigatório, em qual missão, o ensino da Língua Portuguesa”; ponto 4: “É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira”; Artigo 2º: “Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas”; Artigo 3º: “o uso de línguas indígenas só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar de Língua Portuguesa”. (Ndombele, 2017, p. 75).

Multilingualism In Angola; Teaching-Learning; Portuguese Language; Perspectives And Challenges.

## **Kulilulieka ca katalilo nyi kusesemba, cakulongesa nyi kulilongesa ca laka lia phuthu mu kuhandjeka ca malaka andji handji ekha nyi ekha**

### **LUSANGO MUKEPHE**

Mba ha kungila ca akwa phuthu ha musulu wa luiji Zaire, yiatesa malindjekela a kukunga nowo mbunga nyi yifuci yiaco ku sali lize kaphuthu ana kalemena hauji ana kalikungulwila, coco yiaputuka nyi malindjekela a longesa lia laka liyo, ha mangana a kusesembelaho hanga akungulwiloho mbunga nyi minhaci ya akwa liavu, ha kutwala ku laka nyi (yiako ya witaliso) nyi hakuheta ca xikola, kaphuthu lia tumina ximbi yia Norton de Matos (ximbi yia 13/2001), yina kalithuna kulongesa nyi kuhandjika ca malaka akwa cihunda. Ha manajo ano, mbunga akwa África akepe hakepe amanunukine kungila mu yiako yia akwa indele, momo nyi kulita, nyi cikolonia ha ximbu liaco, ngweni mwanda te unatele akwa África apwe mu ulinange te cili mu mwanda wakwa longesela mu limi lia akwa phuthu. Lusango yiono kanatungiwa mu yihanda yisambano. (i) Citango cimako calaka mu Angola: kulifa ca kulongoloka ca cako nyi ufumbuko wa limi lia phuthu; (ii) Malaka a samuthu ha kutwala ku limi handji ku ulilongeselo wa malimi mu Angola; (iii) Undji wa mbunga nyi yiako yiaco; (iv) Malindjekela a ulongeselo nyi uxindjilo ha kuyia ku lutwe ca limwe laka; (v) Kuxindjila ca malaka a samuthu ha kuzazuluka ca longeso lia laka lia phuthu; (vi) Kusosomba ca kufumba nyi kulongoloka ca laka lia phuthu mu Angola nyi ha unji wa uhanjikilo wa malaka. Imako yia lusango yiono mweswe yiapwa kuhandjika ha kutwala ku ximbi yia nyionga litangu lia mangana a ulilongeselo wa malindjekela a yiningi yia milimo. Sango lia mulimo uno lili kulumbunuka sango lia kulimika ca tela kuhengula cinatwala ku uvumbikiso wa mana a kufumba nyi kulongoloka caco ca ihanjeka yia malaka anji.

### **LUSONA WA CIKOTA**

Mbunga Akuhanjika Malaka Anji Mu Angola; Mu Ufumbo Nyi Kulongoloka Ca Laka Lia Akwa Phuthu; Nyi Uximbuxilo Wa Uhaxi Nyi Kulimika Ca Kwitanga.



### **Introdução**

De 1482 a 1974, Angola ainda era uma colónia portuguesa. Antes da chegada do colono português, o espaço geográfico onde hoje é Angola já era habitado por vários povos e constituída por várias línguas, pois existiam reinos que constituíam o atual país e cada reino tinha um diferencial linguístico e cultural. A expansão europeia e a consequente chegada dos portugueses a Angola foram narradas como sendo um acaso, segundo alguns documentos aos quais tivemos acesso, era uma odisseia praticada pelos portugueses, que procuravam caminho marítimo para a Índia<sup>2</sup>.

O encontro entre os dois povos foi tão natural que, até então, os primeiros contatos entre eles eram de amizade e, mais adiante, de exploração. Talha-se este encontro em momentos: troca comercial; evangelização e, depois, colonização. A fase da colonização provocou mudanças radicais nos paradigmas sociolinguísticos do país, começando pela

---

<sup>2</sup> “O primeiro encontro entre a Língua Portuguesa e as Línguas Africanas foi uma consequência natural da exploração de África pelos Portugueses, iniciada no século XV” (Filusová, 2012, p. 8).

integração da Língua Portuguesa em Angola como língua de comunicação em todo o território nacional.

A consolidação do português como língua oficial não foi feita em todo o território nacional. Na primeira fase, havia províncias onde o colono não construiu escolas, pelo que foram nessas províncias onde o português não se espalhou de forma integral e que, hoje, depois da independência e construção de escolas, se têm observado grandes dificuldades de aprendizagem da LP. Por razões políticas, o estado angolano adoptou a LP como a única língua do processo de ensino-aprendizagem e, por sinal, a língua oficial, como se lê no artigo 19 da CRA<sup>3</sup>, causando grandes dificuldades de ensino, tendo em conta o enorme mosaico etnolinguístico existente no país; contudo, com a integração das Línguas Nacionais no sistema de ensino, concorre-se, assim, a um provável conflito linguístico-cultural para a geração vindoura.

Levanta-se, aqui, uma observação relativamente ao sistema de ensino-aprendizagem angolano para as línguas nacionais, que ainda anda de forma tímido e descansado, pois há, deste modo, insuficiências de trabalhos sobre metodologias de ensino das Línguas Nacionais. A ser assim, o ensino dessas línguas andar­á engavetado, até que se olhe para a questão das insuficiências metodológicas para o seu ensino e trabal­há-las rigorosamente.

Sugere-se a elaboração de programas para o ensino das LNs que possa refletir o comportamento linguístico da população, dito de outro modo, é preciso que os programas de ensino, no nosso país, estejam a favor da promoção das línguas nacionais, começando pela integração de conteúdos textuais e intertextuais, para que se desenvolva, nos alunos, uma consciência fonético-fonológica, até mesmo léxico-semântica das línguas nacionais, como requisitos a terem em conta para a aquisição da competência linguística. Não se pode ensinar os léxicos das Línguas Nacionais, unicamente, aos alunos, como acontece em algumas escolas de Angola. Tal ensino é atrelado à tradução de palavras portuguesas, à história do povo tucokwe ou de outros povos que não sejam os referenciados e não aos conteúdos ligados à Morfologia, à Sintaxe, à Fonética- Fonologia, à Semântica, à análise Pragmática e Estilística das LNs. É preciso diversificar o ensino das línguas nacionais, diversificar deve ser uma terminologia que se adapta ao trabalho dos textos em LNs dentro da sala de aula com os alunos. Ler e orientar atividades de leitura na sala de aula, para que o seu ensino decorra em línguas

---

<sup>3</sup> Ponto 1: “A língua oficial da República de Angola é o português” (Governo de Angola-CRA, 2022, p. 13).

nacionais e não com recurso à LP. Portanto, isso só será possível com os professores plurilíngues.

As línguas nacionais e internacionais (como o caso da LP) devem estar no mesmo pé de igualdade, para tal, faz-se necessário uma reflexão ininterrupta das políticas para a promoção e o desenvolvimento das LNs e não só. O necessário é fazer das línguas nacionais o que se faz com o português: ensiná-las com metodologias que possam proporcionar à aprendizagem dessa língua, que se adequem ao contexto dos aprendizes, e com professores preparados teórica e metodologicamente, com vocação profissional e formação na área de Linguística (em especial, na de LNs, ou Linguística Bantu).

### **1.O quadro linguístico em Angola: perspectiva histórico-evolutiva do português**

A história eleva o navegador português Diogo Cão como quem descobriu Angola, num período que se cruza entre os 1482-1483 anos do século XV, nesse instante, os contactos entre os diferentes povos foram possíveis, em função desse cruzamento, na foz do rio Zaire, actual Mbanza Congo. O colono português estabeleceu um relacionamento de amizade com os africanos (angolanos), tendo-se instalado no território com interferência linguística. A perspectiva diacrónica, que situa os angolanos sobre a entrada do colono português em Angola, dá conta de que o processo de aculturação de hábitos e costumes europeus, em Angola, é marcado a partir daquele forte contato entre as duas culturas por razões que Luemba (2018) e Ndombele (2017) preferem chamar de comércio, cristianismo e expansão da Língua Portuguesa.

Claramente, a cultura europeia terá dominado a africana, devido às influências políticas portuguesa. Paralelamente ao que se possa saber, Angola era, naquele instante, um país linguisticamente constituído, antes da chegada do colono português. Tinha um poder cultural diferente e era estruturada em reinos, ainda que esta nação não fosse constituída, tal como é agora. Com a entrada do colono português em Angola, dá-se o início ao processo de aculturação. Reza a história que, com a chegada dos portugueses em Angola, o país passou a ser representado por uma nova forma de comunicação, forçada através do processo de penetração do colono português, que é a língua do colono. Segundo Luemba (2018), os primeiros contatos entre os dois povos não foram nem em português, nem em línguas africanas, todavia foi através de outros signos linguísticos como os gestos, pelo que havia interferências do ponto de vista da língua das duas nações.

O cristianismo foi uma das grandes armas usada pelo colono português, para persuadir os africanos (angolanos), de modo que fossem, lentamente, penetrar o território, sucedendo a fase de ocupação, construído escolas, para que os filhos dos negros fossem aprender a leitura e a gramática portuguesa. Fruto da construção de escolas para o ensino dos angolanos, começou-se a construir uma nova língua neste povo, a portuguesa, ainda que não tenha sido igual a do colono, era uma clara imitação dela. Assim, a Língua Portuguesa começou a espalhar-se até aos nossos dias, fruto desse histórico cruzamento.

A independência sangrenta de Angola foi a única via para que o angolano se abdicasse do jugo colonial. Assim, no dia 11 de novembro de 1975, lê-se, nos cadernos acordados entre os dois povos de diferentes continentes, um comum acordo para a emancipação político-territorial de Angola. Luemba (2018) comenta que, apesar de ter sido proclamada a independência de Angola, muitos países africanos consolidaram o português como sendo língua oficial de ensino, de imprensa e de uso além-fronteiras.

Após a consolidação da emancipação do país, havia um reduzido número de falantes de português, tudo porque o ensino estatal dessa língua foi desenvolvido em um espaço onde estava concentrado o colono português, como Luanda, Benguela e Huambo (Luemba, 2018). A independência trouxe consigo uma dinâmica no país e reduziu o analfabetismo e, para tal, era necessário que houvesse um ensino alargado que, por conseguinte, fosse dado na língua próxima, para a comunicação a nível do país. Portanto, a única alternativa era usar o português no sistema de ensino, em Angola. Desta feita, consolida-se a Língua Portuguesa como o principal veículo de comunicação no país.

Hoje, pode perceber-se que o ensino do português tem sido alvo de várias objecções, provocadas pelas conglomeradas culturas e línguas, causando, assim, várias dificuldades de aprendizagem nessa língua e, muitas vezes, o insucesso escolar dos alunos. Luemba (2018) comenta que o ensino do português tem sido alvo de inúmeras tentativas de implicações, provocadas pelos cenários multicultural e multilingue das sociedades. Segundo este autor, é necessário, primeiro, que haja uma ruptura no esquema metodológico de ensino, em Angola, e, segundo, que se adeque os alunos ao ambiente que envolve o contato do português, tanto é que cada aluno é um caso particular. Outrossim, o ensino do português, em Angola, seja como L1, seja como L2, deve ser um caso de reflexão e muito trabalho, para o professor de português (*idem*).

O desafio que se lança, para o alargamento e a plena prática do português como língua oficial, em Angola, passa por processo de redobramento, por ser uma língua que o

aluno já traz consigo. É necessário que o professor conheça a caracterização sociolinguística do aluno, antes de avançar com o ensino, pois, o sucesso de ensino-aprendizagem do aluno parte da plena descodificação linguística realizada pelo mesmo, que abre caminho para a compreensão dos conteúdos curriculares. O sucesso de ensino-aprendizagem passa, também, pela valorização da língua que este possui. Finalmente, é preciso que o professor seja alguém que domina a situação da heterogeneidade linguística na sala de aula, deste modo, será capaz de transformar as aulas de LP em uma via necessária e de fácil compreensão para todos os participantes.

Então, a transmissão de saberes não é uma tarefa desinformada, são precisos conhecimentos extracurriculares, para introduzir o professor no contexto cultural do próprio aluno. O ensino é um processo metódico e gradual, por conta disso, os conhecimentos linguísticos devem guiar um professor em todos os níveis de ensino.

## **2.As línguas bantu no panorama linguístico angolano**

A República de Angola localiza-se na Costa Ocidental de África, junto à região da África Austral. Tem uma extensão territorial de 1.246.700km<sup>2</sup>, é constituída, de igual modo, por 18 províncias com um mosaico linguístico diferenciado e com uma fronteira que se estende a norte e nordeste pela República Democrática do Congo, a Leste pela República da Zâmbia, a Sul pela República da Namíbia e a Oeste banhada pelo Oceano Atlântico. Por ser um país localizado na Costa Ocidental de África, justifica-se a existência de Línguas Bantu como sendo Línguas que se estendem na parte Ocidental do continente africano, Severo *et. al.* (2019).

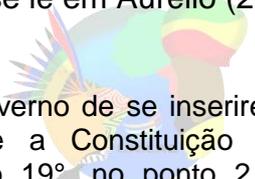
As Línguas Bantu caracterizam-se por serem línguas de natureza africana e com características comuns do ponto de vista fonético, fonológico, sintático e morfológico. Segundo alguns estudos, são cerca de 600 línguas que se apresentam como sendo “Bantu”, faladas por mais de 220 milhões de pessoas, em uma vasta região da África contemporânea, que se estendem desde o sul até aos montes de Camarões, alargam-se até à Costa Atlântica e à foz do rio Tana, no Quênia, línguas abrangentes de países da África Austral e Ocidental (Ngunga, in *Introdução à Linguística Bantu*, 2014) citado em Timbane e Berlinck (2019).

Angola era constituída, na altura, por reinos muito bem fortificados e unificados e, por isso, descrevem-se as línguas Cokwe, Umbundo, Kimbundu, Kikongo, Fiote, Ngangela, Kwanyama, Nhaneka e Luvale como sendo as línguas de grande importância no quadro linguístico angolano, que se falavam e, ainda, se falam, após a consolidação

da independência neste território, fazendo-se o uso de mais uma língua (LP), com a qual colonizou o país.

Apesar da diversidade linguística em Angola, tem-se o português como a língua de maior uso e o número de falantes tem vindo a crescer, fruto das políticas linguísticas implementadas pelo governo angolano. Inverno (2009) citada em Aurélio (2017) comenta que o português tem vindo a sobrepor-se diante às línguas com as quais coabita, em função do estatuto de língua oficial que ostenta e, por ser uma língua de uso exclusivo nas grandes instituições, como a administração pública e as escolas, tem ganho espaço de relevo no território angolano; quanto ao número de falantes, cresceu de 20%, antes da independência, para 71%, depois da independência, segundo os dados apresentados no censo de 2014.

A situação linguística em Angola está mais para o ensino em português do que em línguas africanas. Nota-se um constante uso da língua portuguesa, sobretudo no espaço urbano, e um número reduzido de usuário das línguas africanas a viverem nos espaços rurais. A ser assim, estaríamos a caminhar para glotofagia das línguas africanas, pelo pouco uso que se faz delas. Como se lê em Aurélio (2017, p. 31):



apesar dos esforços do governo de se inserirem as línguas nacionais no sistema de ensino e de a Constituição da República de Angola estabelecer, no seu artigo 19º, no ponto 2, que o estado valorize e promova o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como as principais línguas de comunicação internacional, estes esforços parecem que se esbarram em gavetas, no sentido em que as línguas nacionais continuam a ser pouco valorizadas, não se vislumbrando uma política linguística séria de protecção das línguas nacionais, pondo, desta forma, em risco o seu futuro.

O que não se pode deixar passar é que as LB ficaram em segundo plano e o português continua a ostentar o título que cabia às línguas nacionais. Essas passaram, apenas, a ser usadas no contexto familiar e/ou religioso, com muitas restrições de uso. Não se pode calar diante dessa fragilidade humana em usar as línguas nacionais, porque, também, são marcas identitárias da cultura africana. Sendo que, não existe alguma língua superior à outra, nem cultura maior, como figura nos artigos 9.º e 10.º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (2001),

❖ Todas as comunidades linguísticas são iguais em direitos e, em consequência disso, têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico.

❖ Precisamos de estar atentos a este silêncio que sucede com as línguas africanas, quando se está nas instituições administrativas. Não se pode pensar na valorização e promoção das línguas, se a sua utilização ainda for vergonhosa.

### 3.Contexto sociocultural

Angola é um país com várias línguas e culturas, em cada região do país há uma língua ou mais línguas, que as identificam, assim como uma cultura particular. A introdução da cultura europeia causou uma fenda em vários aspectos da vida social do povo angolano e a aprendizagem da língua portuguesa era necessária para os portugueses, porque era uma das armas para a penetração total no país. O contexto multilíngue em Angola permitiu que o português se mantivesse como língua oficial, ainda com a independência no país, a resistência de se manter o estatuto da Língua Portuguesa como oficial culminou com a sua integração como a principal língua de escolarização e de comunicação, pelo que as línguas nacionais não apresentam uma abrangência nacional, fator necessário para a elevação das línguas africanas para oficial.<sup>4</sup>

A situação que levou a rápida adaptação da população angolana à língua portuguesa (língua transcontinental), tem muito a ver com aspectos ligados à assimilação de alguns nativos, tudo para atingirem um *status social* semelhante ao do europeu. Podemos compreender que a forma como os nativos queriam o novo paradigma de se viver, levou com que o português fosse, de quando em quando, assumir-se como a língua com maior número de falantes a nível do território angolano.

Como se pode ler em Teresa *et. al.*, (2010), a situação linguística, em Angola, transformou-se consideravelmente por conta do processo de assimilação que foi implantado pelo colono e, para tal, era necessário que os nativos dominassem a língua dos colonos, se vestissem à moda dos colonos, bem como tivessem alguns comportamentos que lhes permitiram atingir o papel de assimilado. Outrossim, essa nova forma de apresentar-se dava o início ao desenvolvimento de um português de Angola. Desta maneira, muitos nativos abdicavam-se do uso das línguas bantu em detrimento do português, ao que Inverno (2008) apud Bento *et. al.* (2010) preferem chamar de português vernacular de Angola, apresentando variações de região para região, tendo em conta as características das línguas nacionais faladas em cada região.

---

<sup>4</sup> “Angola torna-se independente em 1975, dada a sua situação multilíngue o português manteve o estatuto de língua oficial, concorreu fundamentalmente para que o português mesmo com a independência se mantivesse como a principal língua de escolarização, de comunicação com o exterior e com as diversas organizações internacionais” (Naeuge, 2022, p. 249).

A diversidade de culturas e línguas que existe no espaço angolano tem sido influenciadora do modo como se fala o português. Em muitos casos, a maneira como o português penetrou no espaço angolano e como foi ensinado permitiu que fosse falado de várias maneiras, causando, assim, o regionalismo.

A questão de o português não ser integralmente falado à maneira europeia tem a ver com fatores sociolinguísticos. Muito antes da chegada do colono português em Angola, já existia línguas constituídas com as quais os angolanos, de região para região, se comunicavam. Com a chegada do colono e a aculturação influenciada pelo colonialismo português, em muitas regiões do país, o português foi sendo aprendido em companhia das línguas nacionais, o que permitia que os falantes angolanos, ao usarem o português, fossem, inevitavelmente, ser identificados com as marcas das primeiras línguas ou das línguas nacionais, coabitando, assim, com duas línguas (europeia e africana).

#### **4.As políticas linguísticas e as suas influências no avanço de uma língua**

Se por um lado o português começou a ser ensinado na escola pelo colono português como forma de unificar o povo colonizado, o que hoje significa, de igual modo, língua de unidade nacional, por outro, com a mesma dinâmica que se ensinou o português, naquela época, assim como agora, poder-se-ia ensinar também as línguas nacionais, como forma de garantir a sua sobrevivência, numa altura em que a Língua Portuguesa ocupa espaço de destaque em vários contextos de comunicação no país. Se se quiser preservar as línguas nacionais, poder-se-ia partir pela reelaboração de metodologias que servem para integrar uma língua numa comunidade. Não se pode dizer que uma língua é viva, quando o seu uso não é autorizado em contextos formais. É preciso libertar as línguas nacionais para todo o espaço onde se encontram pessoas a quererem se comunicar. As línguas nacionais deveriam ser ensinadas e usadas obrigatoriamente na sala de aula. Hoje, observamos professores de língua nacional que na aula ensina em português. É totalmente contraditório isso.

Julga-se necessário que as políticas usadas nas línguas nacionais sejam lidas e exigidas nas escolas angolanas. Julga-se necessário que se formem professores com competências gramaticais em línguas nacionais. A ser assim, estaríamos a conservá-las, em função dessa competência gramatical do professor, que proporcionará um ensino completo. Toma-se, a seguir, a compreensão do que é uma política linguística e as suas influências no ensino.

A política linguística não é uma expressão nova, é algo que já vem sendo usada e pensada há muitos anos. Como escreve Santos (2012), um povo conquistador, ao sobrepor-se ao povo conquistado, impõe as suas culturas, leis e línguas, dessa forma, eles (conquistadores) aplicam ações políticas para difundir as suas línguas e garantir a ocupação territorial na plenitude. Podemos perceber a política linguística como a condição necessária para se garantir o lugar de privilégio de uma dada língua. Ou, como comenta Rodriguês (2014) *apud* Santos (2012, p. 43):

As políticas das línguas representam o exercício do poder político em termos de influência do comportamento linguístico de uma comunidade. Internamente, a determinação, por meio de leis e regulamentações, do uso de uma ou mais línguas em determinados domínios, como a administração, o ensino, os tribunais, constitui uma política ou planificação de estatuto.

Tendo em consideração o que se comentou desse autor, pode compreender-se por políticas linguísticas o conjunto de intervenções governamentais relativamente à língua ou às línguas e sua relação com a sociedade, com propósito de garantir a sua proteção e manutenção dentro da comunidade que a usa. As políticas linguísticas podem ser vistas de várias formas, tanto no plano ortográfico, onde todo o usuário dessa língua é chamado a integrar-se da nova forma de se escrever, como no plano do seu uso, com destaque à forma como se privilegia a Língua Portuguesa nas instituições educacionais, empresariais, diferente das políticas aplicadas às línguas nacionais. Então, as políticas linguísticas passam a ser todo o conjunto de ações que o governo toma para o uso ou não uso de uma língua.

Há políticas que se usa em certas línguas que acaba criando grandes problemas de uso da mesma língua, hoje, podemos ver que o sistema de ensino angolano adoptou uma política que visa promover, valorizar e resgatar as línguas nacionais, através da inclusão no sistema de ensino no país, mas não basta só isso, é preciso permitir o uso dessas línguas nas instituições públicas ou privadas, é preciso pesquisar mais sobre as línguas nacionais e formar professores com domínio na matéria.

As políticas linguísticas implementadas nesse país tendem a valorizar o português e não as línguas nacionais. E, segundo o artigo 2, da Lei nº 13, 2001, de Norton de Matos, o ensino das Línguas Nacionais era vedado na escola, bem como o seu uso. As únicas vias de utilização foram sempre os contextos familiar e religioso. Tem que se mudar esta

postura, é preciso olhar para as línguas nacionais do mesmo jeito que olhamos a Língua Portuguesa e devemos utilizá-las de agrado, por serem as marcas que nos identificam.

## **5.As influências das línguas bantu em contexto de ensino-aprendizagem do português**

Recorda-se do que se considerou sobre este subcapítulo, que as línguas bantu são o conjunto de línguas faladas na região da África Austral, apresentam maior número de falantes e têm traços comuns do ponto de vista fonético-fonológico, sintático e morfológico. No caso de Angola, como já se referiu, tem-se a noção de que existem línguas de raiz Bantu e de uso natural, tais como: Kikongo, Kimbundu, Kimbundu, Cokwe, Fiote, Nhaneka, Kwanhama<sup>5</sup>, consideradas línguas de destaque no país; para além dessas, também há outras que pertencem à mesma família Bantu.

As línguas Bantu podem desempenhar funções de destaque no processo de ensino-aprendizagem no país, porquanto, se analisarmos as políticas linguísticas utilizadas pelo colono português no sistema de ensino, naquela época colonial, não cobriam todo o país, limitavam-se nas regiões onde eles estavam estalados e, nas regiões onde o colono não implementou escolas, usava-se com naturalidade as línguas Bantu para a comunicação, isso, de certa forma, permitiu que elas (LB) não desaparecessem na íntegra. Em Banza (s/d) comenta-se que o domínio colonial em Angola desencadeou grandes alterações no país, começando pelas franjas sociais e económicas do povo colonizado e a consequente imposição da Língua Portuguesa relativamente às línguas autóctones, que permaneceram nas regiões mais interiores do país, e nas urbanas o português manteve-se como língua oficial, ainda que não chegando a todo o estrato social, pois que a língua portuguesa esteve, apenas, confinada no litoral do país, só mais tarde chegaria aos grandes centros urbanos do território angolano.

Há localidades do nosso país que estão a ganhar escolas nos dias de hoje e esses indivíduos têm maior domínio de línguas Bantu. Acontece que, ao entrarem para o sistema de ensino, são confrontados por uma nova língua, que, em parte, torna o processo de ensino-aprendizagem mais difícil para eles, em função do ensino no país ser em português e não nas línguas nacionais, como se esperava.

Os alunos com grande domínio das línguas nacionais apresentam, de qualquer jeito, maiores dificuldades na aprendizagem em português, pelo facto da aprendizagem

---

<sup>5</sup> Angola apresenta um mosaico com distintas línguas africanas ou nacionais, caracterizando cada povo e cultura, grande parte dessas línguas, que constituem o sistema linguístico angolano, são de origem Bantu, Dados do Instituto Nacional de Estatística (2018 apud Naeuge, 2022).

não suceder na língua que estes alunos dominam. Muitas vezes, os alunos apresentam domínio, somente, na língua nacional e não na portuguesa, o que acabaria por promover o insucesso escolar, quando o ensino for somente em português.

Para Timbane (2015), o sistema educativo angolano teve como ponto de partida o sistema educativo colonial, este sistema desempenhou grande papel na criação de políticas educativas em Angola. Uma das grandes referências foi o Norton de Matos (alto comissário de Portugal em Angola) que se engajou afincadamente na civilização dos angolanos, através da instrução em Angola, deste modo, era necessário que, o ensino fosse passado na Língua Portuguesa, como sendo o principal instrumento de civilização, começando, também, pela proibição de uso de qualquer língua de origem africana em Angola.

(*Idem*), o sistema colonial defendeu a separação de educação entre os dois povos, pois, encontravam-se concentrados nesse território, não só os angolanos, como também os filhos de pais portugueses que nasceram em Angola e na diáspora. Então, para o sistema colonial, era necessário a separação de ensino para os dois povos. Para os indígenas, o ensino baseava-se, exclusivamente, em falar, ler e escrever o português, ora essas aulas eram em forma de palestras sobre a higiene das pessoas e das habitações contra os vícios e às práticas nocivas, etc. Podemos ler em Filusová (2012), que até 1961 havia dois tipos de escolas primárias, o primeiro tipo era aquele que pautava o seu ensino baseando-se nos modelos de Portugal, exclusivamente, para os portugueses e para um determinado número de assimilados. A segunda escola seguia o estilo rudimentar destinado aos africanos ou população não civilizada.

O que deve mudar é a política de ensino, começando pela integração dos conteúdos, ora ensinados em português e na língua que o aluno domina. As línguas bantu têm grande influências na aprendizagem. Se o aluno não for bilíngue, será suscetível de insucesso escolar. Se ele for bilíngue, terá grandes êxitos em sua aprendizagem, porquanto, em Angola ainda não existem condições criadas para que os conteúdos sejam passados para as Línguas Nacionais.

Teremos muitos problemas de aprendizagem, fruto dos caminhos que levam a aprendizagem dos conteúdos. Existem mais trabalhos em torno das metodologias para o ensino da Língua Portuguesa e, poucos, para o ensino das Línguas Nacionais. Se queremos ensinar às Línguas Nacionais nas escolas, temos de as pôr no mesmo pé de igualdade com a Língua Portuguesa. Temos de fazer pouco uso da Língua Portuguesa nas aulas de Línguas Nacionais e usá-la quando for necessário ou quando se quiser

integrar uma nova realidade que os alunos desconhecem no caso de empréstimo, também temos de apostar na formação de professores de Línguas Nacionais e não adaptarmos. Temos de pensar na possibilidade para uma educação bilíngue no nosso país, mas para tal, temos ainda que trabalhar na formação de professores de Línguas Nacionais.

## **6.Os novos desafios para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa em Angola no contexto multilíngue**

Até então, a primeira língua a ser adoptada no sistema de ensino angolano foi a Portuguesa, uma língua transcontinental e de matriz europeia, que chegou ao nosso país por via de expansão europeia. Reza a história de que os portugueses chegaram a Angola de forma despercebida, por que não era a missão deles, nem eles sabiam que iriam encontrar.

A Língua Portuguesa constitui-se, desde muito tempo, a língua de unidade nacional, por se estender a toda parte do território angolano. Por conta dessa cobertura territorial, é possível nos comunicarmos com as populações de outras províncias do país de forma natural e, exclusivamente, na Língua Portuguesa, por ser a única Língua que se ensina com eficiência e obrigatoriedade em toda parte do país, por longos períodos de ensino-aprendizagem no nosso país.

A Língua Portuguesa é um produto do latim, que se configurou na Europa (Portugal), através do processo de romanização que o povo da península Ibérica sofreu pelos romanos, há sensivelmente IV século para cá. No século XV já se poderia falar de uma Língua Portuguesa com feição nítida ao que se fala hoje em Portugal, porquanto surgiram neste mesmo século as primeiras Gramáticas e Dicionários em Português.

Foi no século XV que a Língua Portuguesa, já constituída, sai da Europa e cruza alguns países do continente africano (Angola, Cabo-verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe), deste modo, esta língua realiza com os povos destes países citados o mesmo processo que os romanos realizaram na península Ibérica (aculturação), tornando os africanos falantes da Língua Portuguesa e praticantes do costume europeu. Diferentemente do português falado na Europa, nos países por onde os Portugueses deixavam as suas marcas linguísticas, não se falava um português igual ao deles, era um português misturado com as línguas dos indígenas e, em muitos casos, produzindo os crioulos, línguas insulares, (mistura do português com as línguas africanas) Banza (S.d).

Com o avanço da amizade entre os dois povos, os europeus dominavam cada vez mais os países colonizados e com isso, começaram a implementar escolas e a proibir o uso das línguas africanas. Portanto o português ganha espaço e é falado nos grandes centros urbanos dos países colonizados. Como se pode ler em Timbane (2015), o grande propósito dos portugueses era desaparecer com as línguas nacionais na consciência dos falantes, porquanto essas línguas eram vistas como línguas de primatas, então, a tentativa de desaparecimento das línguas africanas pelo colono era tanta que se começou a proibir o uso das línguas africanas nos locais onde se poderia disseminar com naturalidade.

Hoje por hoje, o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa em contexto onde coabitam várias línguas, tem sido constrangedora, uma vez que, a política de desaparecimento das línguas africanas não aconteceu integralmente. Sucedeu, de forma visível, apenas nas províncias de destaque, como vimos anteriormente. E, nas províncias onde as políticas de o desaparecimento das línguas africanas não afetaram, têm se verificado grandes dificuldades de ensino-aprendizagem em português causadas pelas interferências linguísticas.

Em muitos casos, a interferência pode surgir por parte do aluno, que tem domínio da língua nacional e que tem dificuldades em escrever corretamente na Língua Portuguesa, assim este aluno vê-se à sua aprendizagem dificultada, por não escrever e ler corretamente na Língua que ele não domina, mas que se usa na escola onde ele estuda. Há situações em que a dificuldade está no professor, que não consegue integrar-se na Língua que o aluno domina, para aproximá-lo do conteúdo. Então o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa em contexto multilíngue é regular e notório no nosso país, fruto das políticas implementadas pelo colono no ensino da Língua Portuguesa nas províncias de destaque.

Há um trabalho que se desenvolve em torno do ensino no nosso país, começando pela valorização, promoção e resgate das línguas nacionais, através da inserção dessas Línguas no sistema de ensino no país. Uma vez que as línguas bantu representam o património da cultura do povo africano, não se deve desconsiderar o seu uso. Introduzir os alunos, que têm português como língua materna, nas línguas nacionais deve ser um trabalho que se realiza através da motivação para a prática da leitura e escrita de textos na língua nacional. Aprender uma língua significa (re)conhecer a sua cultura, então, o foco principal deve ser a integração desses alunos nas suas culturas. O desafio está

lançado e a sobrevivência das línguas nacionais depende da implantação de uma política que visa permitir o seu uso sem restrições.

Acerca da aprendizagem da Língua Portuguesa no contexto multilíngue, os desafios que apresento são baseados na elaboração de projetos que visam proporcionar à prática da leitura nos alunos. Ler para o aluno constitui-se em uma das ferramentas necessárias para trabalhar o aspecto motivacional do próprio aluno para ler e quando este for ler, tornará possível o contato com os novos léxicos de uma língua diferente. Então, o desafio que se lança é este.

### **Notas finais**

Na realização deste trabalho, foi possível obter informações relativamente ao quadro linguístico angolano, apresentando as perspectivas que deram origem ao surgimento da Língua Portuguesa no espaço angolano. Foi, também, possível analisarmos sobre às Línguas bantu como sendo línguas de natureza africana e faladas por um número maior da população africana na região da África Austral e de taxonomias comuns nos planos fonético, fonológico, sintático e morfológico.

Falou-se também do facto de nosso país apresentar muitas culturas e línguas acabando por influenciar no uso do português em cada região do país, originando várias línguas portuguesas no plano oral. O que não sobrou foi a abordagem acerca da política linguística adoptada pelos portugueses, na implementação da sua língua, e reforçada pelo governo angolano, no sistema de ensino no país, com destaque para a reutilização da Língua Portuguesa nas instituições públicas ou privadas em Angola.

Olhou-se para o ensino do português, no espaço de várias línguas e culturas, que apresenta grandes insucessos, tendo em conta às políticas linguísticas implementadas de forma seleccionada, ou seja, nas províncias onde os Portugueses estavam concentrados e que nas outras províncias onde não estavam concentrados os portugueses e nem se construiu escolas havia um domínio total das línguas nacionais, que nos dias de hoje, nessas províncias as probabilidades para o insucesso escolar são maiores em função do ensino ser passado na língua portuguesa, numa localidade onde ela não é falada por uma maioria, ou seja onde o aluno não a tem como L1, mas sim L2.

Não restaram sugestões, quando se quer ensinar o português no contexto de várias línguas, começando pela formação dos professores que dominam às línguas nacionais. E depois, a permissão do uso das línguas nacionais de forma natural e regular, não só no contexto familiar e religioso, mas também escolar. Difundir as línguas

nacionais, com objetivo de proporcionar um equilíbrio linguístico no país deve ser a tarefa de muitos analistas e linguistas no país.

## Referências

Aurélio, A. A. (2017). *Omissão de constituintes pós-verbais no Umbundo (Língua Bantu): numa perspectiva comprada com PE*. Dissertação de Mestrado. (Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras) Lisboa.

Banza, A. P. (s/d). *O português em Angola: uma questão de política linguística*. Edições Colibri. Lisboa.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. (2001). Lisboa: Campo das Letras. 2001.

Governo de Angola (2022). *Constituição da República de Angola*. 2.ed. Plural editores.

Filusová, R. (2012). *Difusão e desenvolvimento do português vernáculo de Angola*. (Relatório para a elaboração de Trabalho final de Curso para a obtenção do Título de Bacharel-Masarykova Univerzita) Praga.

Luemba, A. V. (2018). *Professores em situação multilíngues: contributo para formação de professores de português em Angola*. (Dissertação de mestrado-Universidade da Beira Interior) Covilhã.

Naege, J. M. (2022). *A língua de especialidade: um olhar sobre o português jurídico, tendências e desafios em Angola*. Njinga & Sepé. Revista internacional de culturas, línguas africanas e brasileiras São Francisco de Conde, vol.2, nº1, p.247-256.

Ndombele, E. D. (2017). *Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola*. Revista internacional em Língua Portuguesa-Instituto superior de Ciências da Educação do Uíge, Angola., nº31, p.72-89.

Santos, A. S. (2012). *Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino da língua portuguesa no contexto da diversidade linguística*. Instituto de Letras. Brasília.

Severo, C. G., Sassuco, D. P., & Bernardo, E. P. J. (2019). *Português e Línguas Bantu na Educação angolana: Diversidade como problema*. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos-Campinas/SP, nº43, p.290-307, Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8658374>.

Teresa, C., Sebastião, J & Bento, F. (2010). *Contributo para uma caracterização Linguística do Luandense*. Universidade de Aveiro: Departamento de Línguas e Culturas. Aveiro.

Timbane, A. A. & Berlinck, R. A. (2019). A influência da Língua Portuguesa nas Línguas Bantu faladas em Moçambique: o caso das línguas Xichangana. *Journal of Portuguese Diáspora Studies*, vol. 8, nº20, p.105-125.

Timbane, A. A. (2015). A complexidade do ensino em contexto multilíngue em Moçambique: políticas, problemas e soluções. *Calidoscópico*. vol.13, nº01, p.92-103.

Zau, D. G. D. (2017). *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese para a obtenção de grau de Doutor. 3º ciclo de estudos. Covilhã-Portugal.

Recebido em: 22/05/2024

Aceito em: 24/08/2024

**Para citar este texto (ABNT):** FERNANDO, Elisandro Luís. Perspectivas e desafios para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa no contexto de multilinguismo. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº 2, p.277-293, ago.2024.

**Para citar este texto (APA):** Fernando, Elisandro Luís (ago.2024). Perspectivas e desafios para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa no contexto de multilinguismo. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 4 (2): 277-293.